



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016



Índice

Índice	2
1 - Introdução.....	3
2 - Análise Orçamental	6
2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas	6
2.2 - Execuções orçamentais	8
3 - Despesas com o pessoal	10
4 – Balanço e Demonstração de Resultados	11
4.1 - Balanço.....	11
4.2 – Demonstração de resultados	14
5 – Situação Financeira.....	18
5.1 – Análise de Rácios	19
5.2 – Endividamento.....	21
5.3 – Lei dos compromissos	22
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	23
7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	24



1 - Introdução

Foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2016, tendo por objetivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais (LFL).

Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objetivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

O ano de 2016 tal como os anos anteriores foi um ano de grande contenção a nível de despesas tal como tem acontecido nos anos anteriores, situação causada tanto pela austeridade verificada a nível nacional, bem como a necessidade do Município de Celorico da Beira reduzir as dívidas a terceiros de modo a cumprir com as imposições da LFL ao nível do endividamento.

A situação de desequilíbrio financeiro estrutural decretada pela Assembleia Municipal em 2012 nos termos da Lei das Finanças Locais em



vigor na altura também condicionou a atividade do Município de Celorico da Beira, visto que se tem tentado cumprir com o estipulado no plano de reequilíbrio financeiro com a respetiva adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). A 18 de março de 2015, o Município apresentou uma candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o estipulado na Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, sendo que os pedidos de financiamento de reequilíbrio financeiro e PAEL que se encontravam a aguardar visto do Tribunal de Contas, pelo que os mesmos deveriam então ser anulados e substituídos com a candidatura ao FAM, que foi aprovada pela respetiva Comissão Executiva a 01-09-2015.

No entanto de acordo com os dados financeiros de 2015 e 2016, o Município de Celorico da Beira já não se encontrava em situação de rutura financeira prevista no n.º 2 do artigo 61.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, o que significa que já não estava em situação de adesão obrigatória ao procedimento de recuperação financeira ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM), pelo que se requereu uma suspensão da adesão ao FAM. À presente data o Município está apenas obrigado a aderir ao mecanismo do saneamento financeiro nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, pelo que se está a concluir o respetivo estudo para que o mesmo seja devidamente aprovado pela Assembleia Municipal e remetido ao Tribunal de Contas no decorrer do ano de 2017.

A EMCEL – Empresa Municipal Celoricense, está em processo de internalização de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 28-12-2015, nos termos do art.º 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto. No âmbito do



processo de internalização em 2016 foram integrados os funcionários no Município em regime de cedência de interesse público, bem como foram internalizadas as atividades da EMCEL, nomeadamente o Lagar Municipal, Solar do Queijo e Centro Coordenador de Transportes, passando a ser o Município a explorar diretamente esses equipamentos. À data de 31-12-2016 foi efetuada uma partilha parcial da EMCEL onde as dívidas a terceiros (947.359,40€) e parte do imobilizado (222.567,53€) foram contabilizados nas contas de 2016 do Município, As dívidas incorporadas no Município visam a inclusão das mesmas no plano de saneamento financeiro anteriormente mencionado. No decorrer de 2017 o processo de internalização e liquidação da empresa ficará concluído.

Apesar da prioridade ser reduzir o montante da dívida, em 2016 o Município de Celorico da Beira conseguiu realizar alguns investimentos em infraestruturas. Dentro dos investimentos realizados destacam-se Beneficiação da EM 555 e EM 616, a requalificação do Largo Diogo Osório Leite na Lajeosa do Mondego, reabilitação dos parques infantis do “Parque Carlos Amaral” e da Corredoura, bem como diversas obras por administração direta.

Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram no ano de 2016. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual.



2 - Análise Orçamental

Iremos analisar de seguida a evolução das despesas e receitas orçamentais contidas no mapa de fluxos de caixa, e das execuções orçamentais:

2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	6.006.408	7.083.083	7.839.189	8.160.955	8.406.689
Despesas Correntes	7.113.950	6.832.605	6.272.467	7.009.864	7.250.697
Outras receitas	4.279	5.702	2.130	6.240	4.042
	-1.111.821	244.777	1.564.592	1.144.852	1.151.950

	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas de Capital	4.253.407	2.553.148	1.324.473	867.705	734.975
Despesas de Capital	3.255.933	2.800.462	2.946.519	1.997.723	1.953.180
	997.473	-247.314	-1.622.045	-1.130.019	-1.218.205

De acordo com o art. 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a regra de equilíbrio orçamental prevê que a receita corrente deve ser superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Esta nova regra altera o pressuposto do POCAL anteriormente em vigor, em que bastava apenas que as receitas correntes fossem iguais ou superiores às despesas correntes. Tendo em conta a nova regra de equilíbrio orçamental, considerando que as amortizações médias em 2016 foram de acordo com os nossos cálculos de 1.890.900€, calculadas de acordo com a Lei e com a nota explicativa do SATAPOCAL sobre esta matéria, temos os seguintes valores:



	2016
Receitas Correntes	8.406.689
Despesas Correntes	7.250.697
Amortizações médias	1.890.900
	-734.908

De acordo com os valores atrás apresentados, o Município não se encontra em equilíbrio, por imposição da nova Lei das Finanças Locais, apesar de cumprir com o estipulado no POCAL. Este facto deve-se essencialmente à existência de um empréstimo da CGD, contraído em Maio de 1998, cujas amortizações de capital se encontram em atraso, situação essa negociada com a entidade bancária, onde a respetiva liquidação total estava prevista no plano de reequilíbrio financeiro, estando a sua reestruturação já negociada com o banco no âmbito da adesão ao FAM e saneamento financeiro. Por uma questão de prudência e transparência decidiu-se incluir a dívida total nas amortizações médias, apesar das negociações efetuadas para a reestruturação da dívida.

No que diz respeito às receitas provenientes dos fundos estatais, verificamos que houve um aumento de 361.991€ face a 2015, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	FEF			FSM	IRS	Total
	Corrente	Capital	Total FEF			
2015	4.663.344	518.149	5.181.493	153.723	150.639	5.485.855
2016	4.724.625	524.958	5.249.583	153.723	149.873	5.553.179



Deve-se salientar também que o aumento das receitas de IMI, IMT e derrama, levaram a um aumento das receitas próprias correntes em cerca de 37.000€ face ao ano anterior.

2.2 - Execuções orçamentais

	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	43,85%	94,78%	105,23%	98,96%	43,18%
Receitas de Capital	45,38%	9,58%	5,27%	3,83%	71,50%
Total Geral	45,20%	28,24%	28,11%	29,24%	44,62%

	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	50,98%	42,73%	40,34%	43,24%	56,07%
Despesa de Capital	34,73%	15,30%	28,10%	13,48%	25,24%
Total Geral	44,45%	28,09%	28,12%	29,03%	44,52%

	2012	2013	2014	2015	2016
Execução do PPI	44,16%	79,71%	70,51%	60,41%	63,04%

As percentagens das execuções orçamentais em 2016, à semelhança das execuções dos anos anteriores, foram muito inferiores às execuções dos anos anteriores, devido ao facto do Município ter orçamentado através de no orçamento de 2016, as despesas e receitas previstas associadas ao financiamento do FAM, de acordo com os princípios contabilísticos em vigor, mas que não foram executadas devido à não obtenção dos financiamentos. O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta uma execução ligeiramente superior a 2015 devendo-se ter em consideração que grande parte dos valores constantes no PPI são relativos a dívidas a aguardar financiamento do FAM. O



valor executado em 2016 deve-se essencialmente à execução dos projetos previstos para o próprio ano no orçamento de 2016, bem como através da liquidação de algumas dívidas de anos anteriores.

A nível da receita foram previstos 11.360.860€ de receitas correntes e de capital relativo ao empréstimo do FAM que não foi recebido em 2016, o que levou a uma baixa execução das receitas de capital. No que diz respeito às despesas, a dívida prevista e orçamentada foi superior a onze milhões de euros, que se previa ser paga com financiamento do FAM, mas que acabou por não ser executada na totalidade por não se ter obtido o respetivo financiamento, daí os baixos valores de execução na despesa, mas que mesmo assim revelam uma melhoria face ao ano anterior.



3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, os valores de 2015 são os seguintes de acordo com a demonstração de resultados:

	2015	2016	Diferença
Remunerações	2.535.911,75	2.764.966,10	229.054,35
Encargos Sociais	710.979,29	825.068,50	114.089,21
	3.246.891,04	3.590.034,60	343.143,56

Entre 2016 e 2015, houve um aumento de despesas com pessoal, sendo esse aumento justificado com a integração dos funcionários da EMCEL em regime de cedência por interesse público, o que em conjunto com alguns aumentos salariais e reduções de cortes nos vencimentos, contribuíram para o aumento das despesas com pessoal.

É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, o Município remeteu trimestralmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.



4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respetivos valores.

4.1 - Balanço

- Classe 4 - Imobilizado

	2012	2013	2014	2015	2016	2016-2015
Imob. Domínio Público	24.900.535	25.325.811	25.596.399	24.898.046	24.569.073	-328.973
Imob. Corpóreo	16.539.066	19.918.732	19.698.348	19.481.162	19.370.357	-110.806
	41.439.601	45.244.544	45.294.746	44.379.209	43.939.430	-439.779

Da análise desta classe do balanço verifica-se um decréscimo no património da Autarquia comparativamente ao ano anterior, situação essa que deriva do facto de que os bens de imobilizado são depreciados anualmente de acordo com as regras contabilísticas vigentes, apesar dos incrementos patrimoniais resultantes das obras que se iniciaram e outras que concluíram em 2016, e da integração de algum património da EMCEL.



- Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão refletidos os proveitos de 2016 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em anos posteriores, como por exemplo os impostos municipais.

- Conta 59 – Resultados transitados

O resultado negativo desta conta em 2016 foi diminuído essencialmente devido à aplicação dos resultados líquidos positivos de 2015 no valor de 252.082,64€.

- Passivo

Analisando o historicamente o passivo, chegamos aos seguintes valores:

	2012	2013	2014	2015	2016	2016-2015
Dívidas a 3ºs de Curto Prazo	15.127.691	15.903.296	15.320.458	14.763.760	13.010.227	-1.753.533
Dívidas a 3ºs de MLP	7.787.430	5.988.547	5.449.038	4.805.761	5.673.325	867.564
	22.915.121	21.891.843	20.769.496	19.569.521	18.683.552	-885.969

Em relação às dívidas a terceiros, 2016 à semelhança de 2015, foi um ano em que o Município deu atenção ao pagamento das dívidas antigas, bem como à dívida recente tendo a mesma sido sua maioria liquidada em 90 dias.



Deve-se evidenciar que está contabilizada um valor relativo ao edifício de habitação social situado no bairro de St^a Luzia, de 1.303.431€, cujo valor deveria ser reduzido por força de pagamentos resultantes de um contrato de arrendamento. Contrato esse que previa o abatimento das rendas pagas mensalmente pelo Município no valor de 4.435,64€ pelo Município ao valor da dívida em causa, mas que a empresa até à data não cumpriu com o estipulado no contrato, alegando a existência de um processo judicial. Está também contabilizada nas dívidas a terceiros a participação do Município no Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor global de 258.398,52€, conforme o comunicado pela DGAL, e de acordo com a nota explicativa emanada pelo SATAPOCAL relativa à contabilização desta participação conforme o disposto na Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto. De acordo com o SATAPOCAL, a contabilização da participação dos Municípios no FAM deverá ser contabilizada nas dívidas a terceiros por contrapartida de uma conta de investimentos financeiros, que se encontra no ativo do balanço. Esta dívida apesar de constar nas dívidas a terceiros, não deverá ser tida em conta no cálculo do endividamento do Município, situação que será analisada mais à frente neste relatório.

Assim, registou-se efetivamente uma grande redução da dívida a terceiros, sendo que a maior parte da redução resultou da amortização da dívida bancária, mas também de dívida resultante de acordos de pagamento. Se for descontada a participação no FAM, em 2016 a redução de dívidas a terceiros face a 2014 foi de 885.969€. Deve-se também ter em consideração que foram incorporadas as dívidas a terceiro da EMCEL no montante de 947.359,40€, caso contrário a redução seria de 1.833.328,40€



- Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os montantes incluídos nesta conta do balanço, referem-se a custos de 2016 e que apenas serão pagos em 2017, onde se incluem juros de empréstimos bancários, eletricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal, etc..

- Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflete os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respetivas amortizações.

4.2 – Demonstração de resultados

- Conta 67 - Provisões do exercício

Esta conta reflete o as provisões para riscos e encargos, resultantes de alguns processos judiciais em curso.



- Conta 69 – Custo e perdas extraordinárias

Aqui estão incluídos os encargos e faturas de anos anteriores mas que só foram contabilizadas em 2016, restituições e diversas regularizações.

- Conta 71 – Vendas e prestações de serviços

Estas contas contêm essencialmente as receitas resultantes da cobrança de água e saneamento aos munícipes, bem como receita provenientes das atividades da EMCEL que foram internalizadas no Município.

- Conta 72 – Impostos e taxas

As receitas com o IMI, IMT, IUC, derrama e taxas e são contabilizadas nesta conta. Também são contabilizados impostos indiretos e acertos de reembolsos, restituições e anulações. O quadro seguinte demonstra a evolução das receitas de impostos contabilizadas nesta conta nos últimos anos:

	2012	2013	2014	2015	2016
IMI	625.000	749.582	923.937	957.133	1.063.844
IUC	130.792	159.450	145.889	144.778	139.984
IMT	93.169	48.057	74.783	88.341	79.672
Derrama	0	104.102	114.777	106.540	108.159
	848.962	1.061.191	1.259.386	1.296.792	1.391.659



Estes valores revelam aumento essencialmente sustentado pela receita do IMI, tendo os restantes impostos revelado uma certa estabilidade ao longo dos últimos anos.

- Conta 73 – Proveitos suplementares

Nesta conta está contabilizada a renda de concessão paga pela EDP.

- Conta 75 – Trabalhos para a própria entidade

Através da contabilidade analítica foi possível fazer o apuramento dos custos dos trabalhos para a própria entidade que devem ser refletidos no património do Município, que em 2016 foram valorizados em 25.920,80€. Estes montantes foram calculados de acordo com os custos apurados de mão-de-obra, gastos de viaturas e outros custos, sendo que algumas despesas foram contabilizadas diretamente nas contas de imobilizado, não estando aqui refletidas.

- Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, bem como a especialização e acertos das



receitas de participações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios.

- Conta 88 – Resultado líquido do exercício

Os resultados do Município registaram um valor positivo de 1.952.370,33€. Este valor reflete um aumento face ao ano anterior essencialmente devido ao facto de se terem reduzido os custos com provisões e transferências/subsídios concedidos, mesmo apesar da internalização das atividades e pessoal da EMCEL. Houve igualmente um aumento da receita com origem na redução de algumas provisões vindas de anos anteriores, e aumento das receitas de impostos e vendas e prestações de serviços. As vendas incluem as receitas provenientes das atividades internalizadas da EMCEL.



5 – Situação Financeira

A situação financeira do Município é de desequilíbrio financeiro estrutural conforme o definido na anterior Lei das Finanças Locais (LFL), pelo que pela lei atual a situação é de saneamento financeiros estando o Município a elaborar um plano de modo a solicitar financiamento para cobrir as dívidas.

Apesar desta situação o Município de Celorico da Beira tem conseguido reduzir a dívida e cumprir com as exigências de redução de dívida imposta pela atual LFL. Também tem cumprido com uma das exigências imposta Lei dos Compromissos no que diz respeito aos pagamentos em noventa dias. O Município tem também conseguido realizar ao longo dos últimos anos investimentos estruturantes com o recurso a fundos comunitários, de onde se destacam a requalificação da rede viária do concelho, bem como a manutenção de infraestruturas já existentes. O Orçamento de Estado impõe várias condicionantes nomeadamente a nível das despesas com pessoal e endividamento das autarquias, tendo o Município cumprido todas as exigências legais.

Apesar de todas as condicionantes mencionadas anteriormente, o Município encontra-se no caminho da recuperação financeira, tendo reduzido o endividamento à semelhança dos anos anteriores, devendo ser também esse o objetivo principal nos próximos anos devendo o mesmo estar refletido no plano de saneamento a aprovar. A Assembleia deliberou ainda em 28-12-2015 a internalização da EMCEL, nos termos da nos termos do art. 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, sendo que deverá ser o Município a entidade



diretamente responsável pela exploração dos equipamentos que pertenciam à empresa. De acordo com as contas apresentadas pela empresa municipal, os resultados de 2016 são negativos, pelo que tendo em conta o estipulado no art. 40.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, deverá o Município em 2017 realizar transferências para a empresa de modo a equilibrar os resultados negativos dos anos anteriores à semelhança do que já aconteceu em 2016.

5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

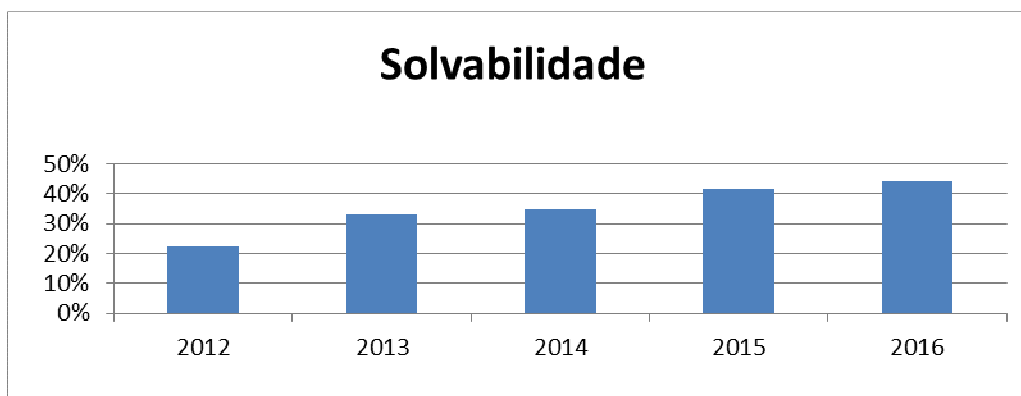
	2012	2013	2014	2015	2016
1 Solvabilidade (FP/P)	23%	33%	35%	42%	44%
2 Autonomia Financeira (FP/A)	18%	25%	25%	29%	29%
3 Liquidez Geral (A circ/P circ)	13,53%	12,73%	14,96%	14,59%	16,23%

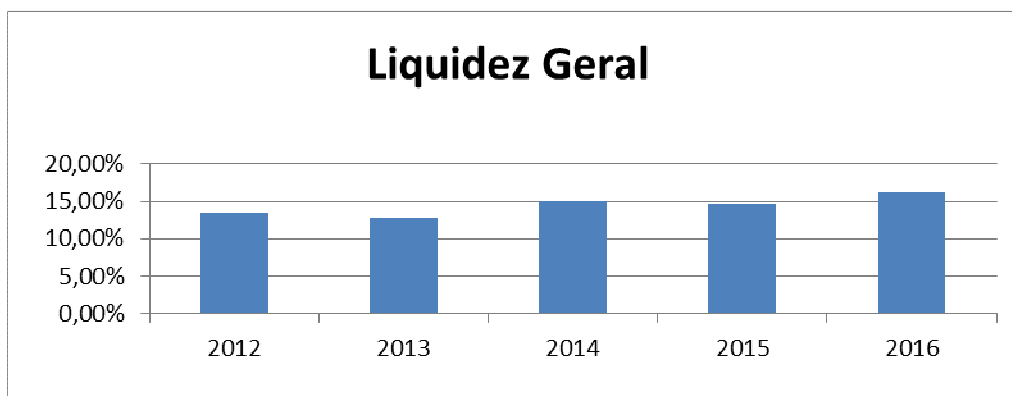
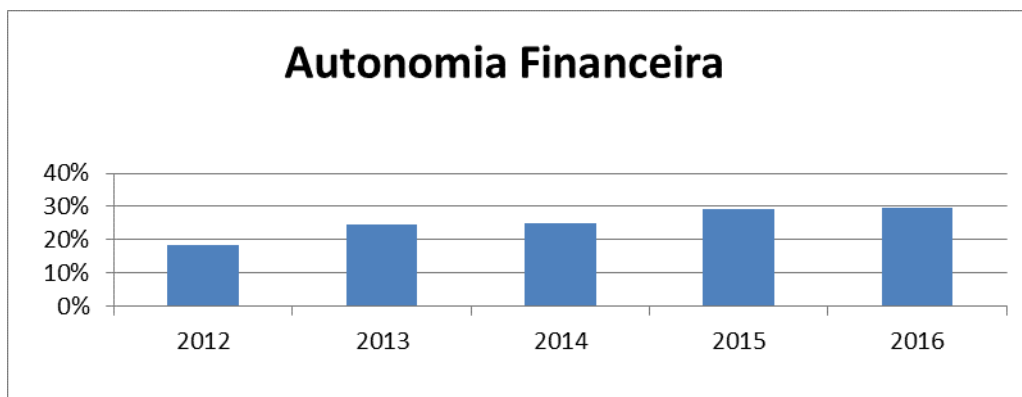
1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;

Gráficos:





Os valores de 2016 dos rácios apresentam um ligeiro acréscimo face ao ano anterior na solvabilidade e autonomia financeira devido às valorizações patrimoniais no ativo e capital próprio da autarquia, bem como devido à diminuição do passivo em mais de um milhão e duzentos mil de euros face ao ano anterior. A liquidez geral apresenta um decréscimo devido à ligeira diminuição do ativo circulante face ao ano anterior.



5.2 – Endividamento

De acordo com o estipulado na lei e tendo em consideração os limites para 2016 apurados pela DGAL, temos os seguintes valores provisórios de endividamento referentes a 31-12-2016:

	31-12-2016
Limite Endividamento 2016	11.530.432,94
Dívida Total 01-01-2016 - DGAL	20.495.009,00
Excesso a 01-01-2016	8.964.576,06
Dívida Total à data	17.664.669,00
SEL e entidades participadas	1.393.085,00
End. ã orçamental	71.613,00
FAM	355.298,52
Dívida final	18.630.842,48
Excesso à data	7.100.409,54
10% a reduzir em 2016	896.457,61
Redução do excesso à data	1.864.166,52
% excesso reduzido à data	-20,79%

De acordo com os cálculos internamente efetuados, à data da elaboração deste relatório, em 2016 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 20,79% face aos limites previstos. Esta redução superou os 10% exigidos pela nova LFL. Os dados oficiais da DGAL relativamente a 2016 só estarão disponíveis após o envio dos dados definitivos das contas após 30 de Abril do corrente ano.



5.3 – Lei dos compromissos

No que diz respeito ao cumprimento da Lei dos Compromissos, o Município tem tentado cumprir com os pagamentos em 90 dias, tem implementado procedimentos para se evitarem despesas sem compromisso prévio, tem contabilizado os compromissos plurianuais sendo os mesmos comunicados à Assembleia Municipal e tem controlado os fundos disponíveis e reduzido os pagamentos em atraso. A obtenção do financiamento do saneamento permitirá eliminar a totalidade dos pagamentos em atraso, sendo que entretanto o Município está a cumprir com acordos de pagamentos com diversas entidades com o objetivo de reduzir essas dívidas de acordo com as disponibilidades do Município. Dentro desses acordos destaca-se o realizado com a ADSE que permitiu uma grande redução dos pagamentos em atraso. A aplicação da Lei dos Compromissos tem sido uma prioridade para o Executivo, sendo vista como uma forma de melhoria dos procedimentos de realização de despesa. Mais se informa que de acordo com as alterações efetuada à Lei dos Compromissos impostas pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, e de acordo com as instruções emitidas pela DGAL, deverão fazer parte das contas de gerência de 2016, declarações relativas aos compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso, estando esses mesmos documentos anexos a estas contas de gerência.



6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2016 foi positivo no valor de 1.952.370,33€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, em 2017 deverá ser transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.



7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Até à presente data não ocorreram factos relevantes que afetem as contas de 2016.

O Presidente da Câmara

(José Francisco Gomes Monteiro, Eng.)